

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE: UMA APLICAÇÃO NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ.

THE EDUCATION AS AN INSTRUMENT FOR TRANSFORMING REALITY: AN APPLICATION IN THE CENTRAL HINTERLAND OF CEARÁ.

Antonio Eudes Xavier¹

Enéas de Araújo Arrais Neto²

Jerciano Pinheiro Feijó³

Resumo

O processo de aprendizagem é inerente dos seres vivos, em especial dos seres humanos, é contínuo desde o início da existência até o seu fim e a educação formal é parte importante desse processo, mas não se limita a ela. O artigo busca evidenciar a ação transformadora da educação na realidade das pessoas, fundamentado em um amplo debate sobre a educação e seu poder transformador, bem como a utilização dela no contexto de um projeto aplicado em municípios do Sertão Central cearense. Projeto que busca o compromisso de despertar em seus formandos uma reflexão a respeito de uma educação libertadora. O projeto alinha-se à metodologia da aprendizagem libertadora ao buscar formar indivíduos conscientes de suas realidades e torná-los parte do processo de aprendizagem para a mudança. No entanto, a transformação social, através da educação, não acontece de forma efetiva se todas as formas metodológicas, seja a formação prática ou a humana e crítica, não estiverem em consonância com a prática pedagógica. Como conclusão, houve significativo impacto na realidade dos educandos e dos municípios alcançados pelo programa, mostrando que uma pedagogia libertadora transforma os jovens em protagonistas de sua realidade social.

Palavras chave: transformação social; educação; sociedade; processo de aprendizagem; valorização da vivência.

Abstract

The learning process is inherent to living beings, especially human beings, it is continuous from the beginning of existence to its end and formal education is an important part of this process, but it is not limited to it. The article seeks to highlight the transformative action of education in the reality of people, based on a broad debate about education and its transforming power, as well as the use of it in the context of a project applied in municipalities in the Central Hinterland of Ceará. Project that seeks the commitment to awaken in its graduates a reflection about a liberating education. The project is in line with the liberating learning methodology by seeking to train individuals aware of their realities and make them part of the learning process for change. However, social transformation, through education, does not happen effectively if all methodological forms, whether practical or human and critical formation, are not in line with pedagogical practice. As a conclusion, there was a significant impact on the reality of students

¹ Pedagogo, IDJ/UVA, Dirigente Sindial – CUT/CE. eudesxavierx@gmail.com

² Arquiteto, Mestre em Sociologia, Doutor em Educação, Pós-doutor em Filosofia da Arte e subjetividade; Professor do PPGE/Educação/UFC; do Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE. Eneas_arrais@hotmail.com

³ Mestre em Educação Brasileira, professor do Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE. jercianof@gmail.com

and of municipalities reached by the program, showing that a liberating pedagogy turns young people into protagonists of their social reality.

Keywords: social transformation, education, society, learning process, valuing the experience.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira (1988) diz, em seu artigo 205, que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 1988, p. 123)

A Carta Magna tem toda uma seção que pactua a educação como direito de todos e discorre sobre obrigações e formas de levá-la a alcançar a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho; bem como a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

No contexto em que foi redigida, seu texto estava na vanguarda progressista ao colocar a família e a sociedade como atores do processo educativo, contribuindo com a promoção, o incentivo e a formação dos educandos, mantém-se hoje atual e coerente. No entanto, essa educação não deve ser limitada apenas como formação escolar, mas como processo de formação do indivíduo e transformação social.

Para Freire (1996) a educação deve ser fundamentada na ética, no respeito, na dignidade e na autonomia do educando, com um ensino mais democrático na relação entre educadores e educandos, conscientes de que todos estamos em constante aprendizado. Pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 12).

Carlos Alberto Emediato (1978, p. 207) explica que

a educação é vulgarmente considerada um importante instrumento impulsionador da transformação social. Segundo a teoria liberal, a educação foi sempre considerada uma via para a mobilidade social e a chave de progresso individual e social.

Portanto, o processo de aprendizagem é inerente dos seres vivos, em especial, dos seres humanos e é contínuo desde o início da existência até o fim da vida, aí incluindo todo o período de educação formal, sendo esta parte importante desse processo, mas não deve limitá-lo. Gonsalves (2009, p. 23) afirma que “o processo educativo se realiza quando existe uma materialização, isto é, uma mudança interior que se traduz no comportamento das pessoas.”

Para a autora, a educação ocorre com prática, ação, criatividade e não é possível educar ‘teoricamente’.

Freire (2005) defende que o educando não chega sem conteúdo nenhum a oferecer para o processo de aprendizagem, mas que todos os envolvidos no processo possuem saberes e vivências que devem ser aproveitados pelo educador, pois acredita que não é viável ensinar através do processo educacional tradicional, em que o educador é o dono do conhecimento e ao educando cabe apenas o papel de ouvir e assistir sem questionar seu ‘superior’.

Nesse sentido, no presente artigo busca-se evidenciar a ação transformadora da educação na realidade das pessoas, fundamentado em um amplo debate sobre a educação e seu poder transformador, bem como a utilização dela no contexto do Sertão Central cearense.

EDUCAÇÃO: CIDADANIA UNIVERSAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO PLENO OU PRODUTO MERCANTILIZADO

O Art. 1º da LDB (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) afirma que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”. A partir do exposto podemos observar a importância de entender a educação como parte integrada às mudanças da sociedade e no contexto cultural de seu povo. Assim, pensar em educação e imediatamente não pensar em mudanças, transformações e movimento é um ato equivocado de não valorizar o papel dela como um dos principais aspectos para moldar a sociedade de forma justa e igualitária.

Streck (2009) faz uma análise da etimologia das palavras educação e pedagogia, a fim de afirmar que essas estão ligadas diretamente a ideia de movimento. “Tanto a etimologia de educação quanto a de pedagogia compreendem a ideia de movimento: educação - ex ducere: tirar, conduzir ou levar para fora; pedagogia - meninos (paídes), conduzir (ágo)” (STRECK, 2009, p. 90).

Emediato (1978, p. 207) afirma que “segundo a teoria liberal, a educação foi sempre considerada uma via para a mobilidade social e a chave de progresso individual e social”. Mas prossegue em seu texto informando que essa percepção, da economia da educação como uma área importante de pesquisa, começou a ser moldada a partir da década de 1960, pois a teoria neoclássica tratava o desenvolvimento econômico como resultado das componentes físicas da produção. Os novos estudos para mudança de percepção que surgiram nessa época foram decorrentes, em especial, do crescimento econômico obtido por Alemanha e Japão após o final

da segunda guerra mundial, que os economistas não estavam conseguindo explicar se utilizando apenas das variáveis do capital físico em seus modelos econométricos.

Após contextualizar a evolução do pensamento econômico sobre a educação e seu papel na economia dos países, Emediato (1978, p. 208) relata que ela passou a ser vista como “poderoso instrumento para um rápido crescimento econômico e para a mobilidade individual”, trazendo consigo uma hipótese de hierarquia profissional correspondente a existência de uma hierarquia educacional. Associando assim, a ideia de mérito nos dois âmbitos e trazendo uma fundamentação lógica da desigualdade social, que é tida, então, por democrática, pois “segundo a teoria liberal, que sustenta que a educação universal proporciona as mesmas condições a todos (idem). O autor prossegue e entra na discussão da educação como meio de transformação social:

A teoria da educação subjacente à participação da escola e de outras organizações sociais nas modificações educacionais sustenta que existe um conflito de classes no âmago da sociedade capitalista, claramente expresso pelo nível cultural, não podendo este ser separado dos níveis político e econômico. (...) Durante a reconstrução, a sociedade, no seu conjunto, tem de sofrer um processo de mudança radical, sendo a educação considerada um instrumento importante neste processo (EMEDIATO 1978, p. 210).

Nessa linha de pensamento, Schafranski (2005) afirma que a educação funciona como um fator de desenvolvimento econômico e social de um país, por isso é imprescindível que ela esteja vigilante às mudanças no contexto e às exigências da sociedade do conhecimento. Também que ela se coloque ao lado do progresso e acompanhe os avanços científicos e tecnológicos, formando as pessoas e, ao mesmo tempo, habilitando-as para enfrentar um mundo em constante processo de mudanças.

Segundo Freire (1996, p.21) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Construir e reconstruir significados de uma realidade continuamente é um ato de educar. Conhecer e reconhecer sua realidade é passo inicial para o processo de transformação, seja ela pessoal ou social.

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos (FREIRE, 1991, p. 126).

Em consonância com esse autor, Streck (2009) mostra que uma educação que transforma a sociedade leva em consideração aspectos variados, tais como os grupos que os indivíduos estão inseridos e suas raízes étnicas e culturais.

No campo da pedagogia emancipatória, a educação popular foi entendida como intervenção pedagógica em espaços e processos diferentes como sindicatos, comunidades eclesiais e grupos étnicos. Há um acúmulo de experiências que permitem repensar o conjunto dos lugares e tempos de ensinar e aprender, bem como cada um deles individualmente (STRECK, 2009, p. 94).

Sendo assim, Streck (2009) acredita que para que a educação exerça verdadeiramente o seu papel de transformação da sociedade, é necessária uma radicalização no que diz respeito à aceitação das mudanças no âmbito humano. É estritamente importante que se entenda que a sociedade muda constantemente, e que a educação como parte integrante da mesma, deve caminhar lado a lado com essas mudanças, valorizando o meio social de cada indivíduo. “Uma pedagogia transformadora é uma pedagogia que combina a forte inserção na realidade com a capacidade de imaginar novos cenários.” (STRECK, 2009, p. 98).

Freire (2005) acredita que o educador deve ser instrumento de desenvolvimento da consciência crítica do educando, despertando naquele uma aprendizagem eficiente sem restrições a diferentes conteúdos e realidades proporcionando independência.

Não é de estranhar, pois, que nessa visão ‘bancária’ da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quando mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. (FREIRE, 2005, p.68).

Apesar de todos os esforços para se obter uma educação libertadora, com o advento do capitalismo, a educação hegemonicamente dirigida a partir da perspectiva da sociedade capitalista tornou-se apenas um meio para a formação de pessoas que possam contribuir para a geração e continuidade do capital, naquilo que isso implica em reprodução social ou, mais claramente, na reprodução de seu componente cultural necessário à submissão dos trabalhadores e sua capacitação produtiva. Com isso, a educação passou a ser meramente racionalista e fragmentada, e detrimento ao ser social, ético e analista de sua realidade, de seu desenvolvimento pleno como ser humano.

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diversos grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital (FRIGOTTO, 1999, p. 96).

Machado (2000) nos fala que um dos aspectos que dificultam a realização de uma efetiva educação autônoma, ainda por influência do sistema capitalista, é a forma mercantilista com que as instituições privadas tratam a educação. Educandos e seus responsáveis são tratados como clientes, muitas vezes subjugando aspectos importantes para a formação ética, cultural e

humana, pela satisfação pessoal do que julgam ser importante ou não. Pensa-se em educação de boa qualidade como aquela que atende a interesses específicos, muitas vezes de viés ideológico e político de cada família, esquecendo-se que a criticidade deve estar desatrelada das concepções pessoais do indivíduo. A própria concepção mercantilizada da educação formal a expressa como mercadoria ou serviço que se compra, descartando sua concepção enquanto direito social e pessoal de desenvolvimento pleno das faculdades físicas, intelectuais e relacionais da pessoa inserida em seus contextos (família, classe, bairro, etnia, religião, gênero etc).

Um exemplo expressivo é o do discurso sobre a Qualidade da Educação, onde a formação do cidadão é frequentemente confundida com a satisfação do cliente, ou o projeto educacional, com seu amplo espectro de valores, é reduzido ao estatuto de mero projeto empresarial, sobrevalorando-se o valor econômico (MACHADO. 2000, p. 45).

Portanto é necessário que haja um verdadeiro engajamento de todos que estão envolvidos com a educação para que exista um equilíbrio entre todos os vieses em que o educando está inserido. A transformação social, através da educação, não acontecerá de forma efetiva se todas as formas metodológicas, seja a formação prática ou a humana e crítica, não estiverem em consonância com a prática pedagógica.

O PROJETO EDUCATIVO NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ E OS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

O projeto 'Formação de Formadores em Cidadania e Políticas Públicas' consistiu em atender jovens com idade de 16 a 21 anos inseridos em grupos sociais locais dos municípios onde viviam, entre eles: associações, assentamentos e sindicatos. Esses jovens eram oriundos de 12 municípios da região do Sertão Central do Estado do Ceará: Boa Viagem, Banabuiú, Canindé, Caridade, Choró, Ibaratema, Itatira, Ibicutinga, Madalena, Paramoti, Quixadá e Quixeramobim. Os jovens escolhidos para participar do programa, receberam formação para se tornarem, como salienta o próprio programa, agentes de desenvolvimento da cidadania e políticas públicas voltadas para o surgimento de uma cultura de desenvolvimento local sustentável.

O projeto, através de seus objetivos, deixa claro o compromisso de despertar em seus formandos uma reflexão a respeito de uma educação libertadora, na qual o conhecimento do meio social em que os indivíduos se inserem e a valorização de seus conhecimentos pessoais e culturais são pontos de partida para uma educação inclusiva, socialmente falando. Por assim

dizer, devemos sempre lembrar que “ensinar exige respeito aos saberes do educando” (FREIRE, 1996, p. 15).

Nesse sentido o programa atribui ao educando características que são essenciais para a construção de uma educação com liberdade e autonomia, como a reflexão dos moldes e ações praticados pelo governo do local em que moram e a capacidade de organizar ações para a inserção nas vivências e transformações sociais em seus respectivos municípios. Desse modo, como afirma Lück:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LÜCK, 2009, p. 29).

A formação ocorreu em seis módulos, que discorreram sobre temas como o conhecimento da realidade do local e dos indivíduos que nela se inserem, gerando conhecimentos sobre o Estado, economia, políticas públicas, cidadania e participação popular, culminando no estudo de um desenvolvimento local e sustentável, buscando fazer com que fosse criada uma socio economia solidária. Observa-se assim, que o projeto tem ligação direta com as ideias que Paulo Freire dissemina em seu livro *A pedagogia da autonomia*, onde existe a clara valorização da simplicidade, do humanismo, da ética e da esperança.

Também a partir do pensamento de Freire, percebe-se que o educador deve formar indivíduos para além de suas destrezas, ou seja, deve existir no educando uma crítica à realidade, embasada no situar-se nessa mesma realidade como sujeito ativo e consciente (ética e politicamente), por isso a importância de um módulo voltado para o estudo de gênero, etnia e cidadania no programa aplicado no Sertão Central cearense.

Quando o indivíduo se enxerga como ser histórico e agente ativo de sua história e opiniões, podemos afirmar que uma consciência crítica foi formada, para que ele passe a fazer a diferença na sociedade, assumindo-se como sujeito individual e coletivo, mudando suas possibilidades, enfrentando os problemas de sua comunidade. liberta-se, dessa forma, do fatalismo imposto pelos moldes da sociedade capitalista e neoliberal, marcada pela globalização, que faz com que os grupos humanos percam suas características regionais e culturais afim de se adequar em um mundo em que as características humanas são apenas reprodução de um único modelo desterritorializado, desenraizado de sua própria historicidade. Diante disso, Freire afirma que:

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética, jamais

poderia aceitar a transgressão como um direito mas como uma possibilidade. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual cruzar os braços. Daí minha recusa vigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las (FREIRE, 1996, p. 39).

Quando se fala em recusa ao fatalismo, isto significa nada mais que recusar o discurso disseminado hegemonicamente pelo sistema social, seja qual for a ideologia política predominante, para se utilizar da população como massa de manobra e torná-la passiva diante dos problemas. Esse discurso predominante em todas as múltiplas formas do processo educativo torna a população conformada com sua situação social e indiferente à possibilidade de quebra desse ciclo de falta de oportunidades e abandono por parte do Estado (Sociedade Política) que poderia ser utilizado diversamente como ferramenta para prover transformação positiva da realidade.

No entanto, deve-se antes de tudo despertar o ser politizado que existe em cada indivíduo, ou seja, mostrar meios de conscientização e mudança através do diálogo, independente do viés político em que estejam inseridos, lembrando que para Paulo Freire, a conscientização da realidade implica como base o desenvolvimento da autoconsciência, como consciência política e consciência de classe, consciência histórica de quem se é.

Ao entender que a aprendizagem libertadora consiste na negação do autoritarismo por parte do educador que se liberta da ideia de que é detentor de todo o saber e passa a ver o educando como parte ativa do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o educador age facilitando o processo educativo de cada um e contribuindo para vivenciar e transformar plenamente a vida social, política, cultural e profissional do meio em que está inserido, um projeto de educação passa a produzir educandos capacitados efetivamente para uma realidade de transformação. O projeto aplicado no Sertão Central cearense alinha-se a essa metodologia da aprendizagem libertadora ao buscar formar indivíduos conscientes de suas realidades e torná-los parte do processo de aprendizagem para a mudança.

Como afirma Freire (1979, p. 14) “o homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela”. Nesse contexto, o educador, utilizando-se dos saberes de seus educandos no processo de aprendizagem os conduz a serem os sujeitos ativos de sua própria educação, tornando-os instrumentos de transformação do meio em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o estudo bibliográfico realizado para subsidiar esse artigo, pode-se perceber que na complexidade da construção histórica, a transformação social é parte de um processo maior que passa significativamente pela educação. Esta, entendida como instrumento

de formação de indivíduos críticos e consciente de suas possibilidades como agentes da mudança social, o que implica não apenas assumirem-se como sujeitos individuais, mas compreendendo autônoma e conscientemente suas variadas formas de inserção coletiva como classe, como pertença étnica, culturas próprias, diversidade humana, de gênero e, fundamentalmente, reconstruindo essa rica diversidade como concepção unitária do humano dentro de formas históricas.

O projeto educativo que estudamos nesta investigação inicial, aplicado no Sertão Central cearense, se enquadra nessas circunstâncias de proporcionar a busca da mudança social necessária para as realidades locais dos educandos participantes. Apresenta embasamento consequente com as intenções e objetivos formulados, buscou a aplicação de instrumentos pedagógicos com razoável grau de coerência com essas orientações fundamentais que definiu como projeto social.

Demonstra pontos nodais do desenvolvimento de formulações críticas das formas de sociabilidade hegemônicas em nosso modelo de sociedade capitalista periférico e dependente. A principal delas, o fato de que a educação formal não responde integralmente pelo processo educativo ou formativo da classe trabalhadora. Mas, ao mesmo tempo, demonstra condições de que a escolarização pode ser elemento fundamental de criticidade, mesmo como espaço institucional único de emergência do contraditório e do questionamento do sistema, suas relações sociais e seus valores.

Supõe-se assim que, sendo perceptível o impacto inicial no espaço formativo, houve significativo resultado de elevação do nível de criticidade dos educandos, mas não é possível mensurar a magnitude do impacto do projeto em suas vidas e em suas realidades concretas, tanto no nível comunitário como dos municípios alcançados pelo programa ‘Formação de Formadores em Cidadania e Políticas Públicas’, posto que esse resultado só perceber-se-á daqui a algum tempo.

Infere-se a necessidade de transformação deste projeto em ação permanente pois que, visa alterar positivamente a realidade local e social dos indivíduos, associando sua realização a um acompanhamento planejado, tanto ao longo do processo educativo, permitindo avaliar o impacto de diferentes procedimentos pedagógicos, quanto o acompanhamento mais amplo externo e posterior ao desenvolvimento do projeto, o que permitirá mais concretamente aquilatar a efetividade da transformação subjetiva que o projeto objetiva. Assim, teríamos melhores condições de, com as devidas mensurações de seus resultados, qualitativa e quantitativamente, avaliar procedimentos e definições de ações, escolha de conteúdos e processos, visando a melhor adequação e reprodutibilidade do projeto.

Por fim, é importante salientar que “o poder de transformar a realidade deriva da obrigação moral que a pessoa sente de mudar o mundo injusto em que vive” (FREIRE, 1973 *APUD* EMEDIATO, 1978, p.213). Não obstante, para a efetivação desse movimento pessoal (inserido organicamente em coletivos) é indispensável que haja, nesse processo, a valorização da simplicidade, do humanismo, da ética e da esperança. Foi esse assumir-se como sujeito da história, de sua própria história pessoal e da história coletiva como escopo da consciência crítica, que conseguimos perceber, mesmo que em nível inicial.

Esboçaram o desenvolvimento das características da consciência crítica, que necessitaria de desenvolvimento permanente e continuado desse processo educativo, o que poderia levar a um anseio de profundidade na análise de problemas, reconhecimento de que a realidade é mutável, explicações com princípios autênticos de causalidade, verificação e possíveis revisões das descobertas, pensamento livre de preconceitos, posições inquietas e baseadas na autenticidade, aceitação da delegação de responsabilidade e autoridade, indagação e investigação, diálogo e, respeito à validade do velho e do novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS NETO, Enéas. Desqualificação global do trabalho: a excentricidade de uma visão unitária da classe-que-vive-do-trabalho. In **Trabalho e Crítica**, Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPED. P. 81-96, Florianópolis, 2002.

SOUSA, Antonia (orgs) **Educação profissional: análise contextualizada**. Ed. UFC, Fortaleza, 2014.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf, acessado em: 10/08/2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

EMEDIATO, Carlos Alberto. **Educação e Transformação Social**. Análise Social. 1978 Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988831F4kNP5ba1Hw59NP3.pdf>>. Acesso em: 25/10/2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Educação Biocêntrica**: o presente de Rolando Toro para o pensamento pedagógico. 2º ed. Editora Universitária-UFPB, 2009.
- LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MACHADO, Nílson José. **Educação**: projeto e valores. São Paulo: escrituras Editoras, 2000. (Coleção Ensaio Transversais).
- SCHAFRANSKI, M. D.. A educação e as transformações da sociedade. **Publicatio UEPG**. Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, v. 10, p. 101-112, 2005.
- STRECK, Danilo R. Educação e transformação social hoje: alguns desafios políticos-pedagógicos. **Revista lusófona de educação**, v. 13, p. 77-84, 2009.

Recebido em: 10/11/2019

Aprovado em: 05/12/2019